



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

RESOLUÇÃO Nº 015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

*Aprovação do Plano de Ação do  
Departamento de Direito.*

**O Conselho do Departamento de Direito, no uso de suas atribuições:**

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar o *Plano de Ação do Departamento de Direito – 2022-2026*, em anexo.

**Art. 2º.** Definir como prioritários os seguintes objetivos constantes do Plano de Ação do Departamento de Direito, para o biênio 2022-2024:

**§ 1º.** Na dimensão *Governança, Aprendizagem e Recursos*:

I) promover o alinhamento estratégico dos órgãos e associações vinculados ao Departamento;

II) definir parâmetros de trabalho remoto e presencial.

**§ 2º.** Na dimensão *Processos Internos*:

I) fortalecer, pela extensão e pela prática jurídica, a relação entre universidade e sociedade;

II) promover a oferta de cursos de pós-graduação;

III) ampliar as pesquisas em parceria com os setores público e privado;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**IV)** aumentar o fator de impacto e o número de publicações de artigos produzidos pelos docentes do Departamento.

**§ 3º.** Na dimensão *Resultados e Sociedade*:

**I)** implantar sistema de acompanhamento de egressos.

**Art. 3º.** Esta resolução entra em vigor em quinze de setembro de dois mil e vinte e dois.

A assinatura manuscrita de Gustavo Pereira Leite Ribeiro, escrita em uma caligrafia cursiva.

**Gustavo Pereira Leite Ribeiro  
Chefe do Departamento**

**PLANO DE AÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITO**  
**2022-2026**

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>4</b>
<b>2.1 Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI .....</b>	<b>4</b>
a) Objetivos estratégicos destacados.....	4
b) Ameaças.....	4
c) Oportunidades.....	4
<b>2.2 Plano de Desenvolvimento da Unidade - Pró Reitoria de Pesquisa - PDU/PRP .....</b>	<b>4</b>
a) Objetivos estratégicos destacados.....	4
b) Ameaças.....	5
c) Oportunidades.....	5
<b>2.3 Plano de Desenvolvimento da Unidade - Pró Reitoria de Extensão e Cultura - PDU/PROEC .....</b>	<b>5</b>
a) Objetivos estratégicos destacados.....	5
b) Ameaças.....	5
c) Oportunidades.....	5
<b>2.4 Plano de Desenvolvimento da Unidade - Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - PDU/FCSA .....</b>	<b>5</b>
a) Objetivos estratégicos destacados.....	5
b) Ameaças.....	5
c) Oportunidades.....	6
<b>3. STAKEHOLDERS.....</b>	<b>6</b>
<b>3.1 Grupo 1 .....</b>	<b>6</b>
a) Pontos Fortes.....	6
b) Pontos fracos.....	7
<b>3.2 Grupo 2 .....</b>	<b>7</b>
a) pontos fortes .....	7
b) pontos fracos.....	7
<b>3.3 Oportunidades e sugestões.....</b>	<b>8</b>
<b>4. DADOS DO DEPARTAMENTO .....</b>	<b>8</b>
<b>4.1 Perfil.....</b>	<b>8</b>
4.1.1 Discentes em formação.....	8
4.1.2 Egressos.....	9
<b>4.2 Extensão .....</b>	<b>9</b>
4.2.1 Núcleos de estudo.....	9
4.2.2 Entidades de extensão .....	11
4.2.3 Programas/Projetos de extensão .....	12
<b>4.3 Pesquisa .....</b>	<b>13</b>
4.3.1 Grupos de Pesquisa .....	13
4.3.2 Projetos de Pesquisa .....	14
<b>4.4 NPJ .....</b>	<b>18</b>
<b>5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....</b>	<b>19</b>
<b>5.1. Matriz de Priorização .....</b>	<b>20</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>28</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No ano de 2020 a Universidade Federal de Lavras (UFLA) adotou, por meio da Resolução CUNI nº 025, nova estrutura administrativa alterando a organização de suas unidades acadêmicas. Anteriormente, os Departamentos estavam diretamente vinculados à Pró-reitoria de Graduação (PRG). Com o novo modelo, no entanto, foram criadas oito unidades responsáveis pela gestão acadêmica e administrativa. Entre elas, foi criada a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FCSA), à qual está vinculado o Departamento de Direito e, conseqüentemente, o curso de graduação em Direito. A partir dessa mudança estrutural, portanto, foram necessárias revisão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos respectivos Planos de Desenvolvimento das Unidades (PDUs) para reorganizar as metas a serem alcançadas coletivamente. Por consequência, também se mostrou necessária a elaboração dos Planos de Ação dos respectivos Departamentos que compõem cada uma das unidades acadêmicas.

Neste sentido, a Resolução nº 07 do Conselho Departamental do Departamento de Direito nomeou em 19 de julho de 2021, a Comissão de organização e elaboração do Plano de Ação do Departamento de Direito, composta pelos docentes Stefania Becattini Vaccaro, Fernanda Gomes e Souza Borges e Pedro Ivo Ribeiro Diniz, sob a presidência da primeira, o técnico administrativo Paulo Henrique do Nascimento e a representante discente Adriane Siqueira Silva. O objetivo da Comissão foi especialmente o de levantar dados capazes de municiar a confecção do planejamento estratégico do Departamento de Direito.

A realização do planejamento estratégico é fundamental para se atingir o êxito em qualquer atividade, pois permite estruturar ações em determinado período e alocar os recursos de forma mais eficiente. No Departamento de Direito da UFLA, todavia, sua importância ganha maior relevo já que prestes a completar dez anos de sua fundação. Assim, apresentava-se como necessário realizar um balanço para identificar problemas e potencialidades do Departamento a fim de realinhar a equipe em torno de objetivos comuns e dos objetivos institucionais elencados no PDI e nos PDUs.

Na elaboração deste Plano, seguindo a opção institucional do PDI e dos PDUs, a Comissão utilizou da Matriz SWOT para análise de cenário. O objetivo foi identificar forças e fraquezas internas, bem como oportunidades e ameaças que se apresentam no ambiente externo. Para tanto, foram desenvolvidas três etapas de coleta de dados: análise documental, entrevista com os *stakeholders* (partes interessadas) e análise dos registros do próprio Departamento.

O documento, em essência, é composto de duas partes. Na primeira, são apresentados os dados colhidos nas três etapas supramencionadas. Na segunda, são apresentadas as propostas a serem desenvolvidas nos próximos cinco anos.

## 2. DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

A análise dos documentos institucionais concentrou-se em quatro documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) da Pró-reitoria de Pesquisa (PRP), Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FCSA), todos referentes ao período 2021-2025. Em cada um deles, foram consideradas as dimensões de ensino, de pesquisa, de extensão e de natureza administrativa.

Na leitura dos documentos supramencionados buscou-se identificar alguns objetivos estratégicos passíveis de interconexão com o Departamento de Direito, bem como ameaças e oportunidades que se apresentam no cenário interno e externo da instituição.

### 2.1 Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

#### a) Objetivos estratégicos destacados

- Identificar junto à população demandas e necessidades dos resultados de pesquisa que possam trazer benefícios à sociedade;
- Ampliar as pesquisas em parceria com o setor público;
- Aumentar a publicação de artigos científicos em periódicos de alto impacto;
- Fortalecer, pela extensão, a relação dialógica entre sociedade e universidade;
- Estimular a procura de estudantes de pós-graduação pela Universidade;
- Ampliar a oferta de especialização;
- Executar efetivamente o orçamento descentralizado as unidades acadêmicas.

#### b) Ameaças

- Reforma administrativa;
- Diminuição dos servidores administrativos e terceirizados;
- Redução ou estagnação orçamentária;
- Aumento da vulnerabilidade socioeconômica estudantil.

#### c) Oportunidades

- Transformação do modo de trabalho no pós-pandemia;
- Possibilidade de captação de recursos internacionais;
- Adoção de tecnologias emergentes para automação do campus;
- Novos paradigmas do ensino-aprendizagem.

### 2.2 Plano de Desenvolvimento da Unidade - Pró Reitoria de Pesquisa - PDU/PRP

#### a) Objetivos estratégicos destacados

- Ampliar as pesquisas em parceria com o setor público;
- Promover por meio da divulgação dos resultados da pesquisa, a difusão do conhecimento e a popularização da ciência;

- Identificar junto à população demandas e necessidades de resultados de pesquisa que possam trazer benefícios à sociedade.

#### b) Ameaças

- Limitação de recursos financeiros destinados a pesquisa;
- Número limitado de recursos humanos nas unidades.

#### c) Oportunidades

- Não identificadas.

### 2.3 Plano de Desenvolvimento da Unidade - Pró Reitoria de Extensão e Cultura - PDU/PROEC

#### a) Objetivos estratégicos destacados

- Captar recursos junto à iniciativa privada e pública para fomentar projetos de extensão;
- Desenvolvimento da comunicação da extensão;
- Fortalecer a relação institucional entre UFLA, prefeituras e organizações da sociedade civil;
- Implantar sistema de acompanhamento de egresso.

#### b) Ameaças

- Instalações prediais e equipe extremamente reduzida.

#### c) Oportunidades

- A Universidade vem sendo instigada a demonstrar sua contribuição à sociedade e ao país;
- Inserção da extensão nos cursos de graduação (curricularização) e pós-graduação.

### 2.4 Plano de Desenvolvimento da Unidade - Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - PDU/FCSA

#### a) Objetivos estratégicos destacados

- Diversificar fontes de financiamento com recursos próprios;
- Aprimorar mecanismos de comunicação entre a FCSA e a sociedade (resultados de pesquisa e extensão);
- Fortalecer relações interinstitucionais e internacionais da FCSA;
- Estreitar a relação com os egressos da graduação e da pós-graduação da FCSA;
- Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação;
- Ofertar curso de pós-graduação stricto sensu em Direito.

#### b) Ameaças

- Redução do número de alunos pela universidade;
- Redução de programas de bolsas pelas agências de fomento;
- Aumento da evasão estudantil;

- Necessidade de aumento de captação de recursos para obtenção de rendas próprias.

#### c) Oportunidades

- Possibilidade de parcerias com outras unidades acadêmicas;
- Disponibilidade de editais para abertura de pós-graduação lato sensu;
- Competência institucional para oferta de cursos à distância e semipresenciais.

### 3. STAKEHOLDERS

O levantamento de informações junto aos *stakeholders* foi realizado por entrevistas individualizadas junto ao Grupo 1, e por reuniões coletivas junto ao Grupo 2. Em ambos os grupos se adotou um roteiro semiestruturado composto por três dimensões: estrutura física e funcional do Departamento (regras, fluxos de processos, comunicações), gestão e imagem. Em todas as dimensões buscou-se identificar os pontos fortes e fracos do Departamento de Direito. A análise dos dados foi realizada de forma livre e os resultados aqui destacados foram escolhidos por serem aqueles de maior número de repetição.

#### 3.1 Grupo 1

Este grupo é composto pelos representantes de unidades centrais institucionais, departamentais e acadêmicas, a saber: Reitoria, Assessoria de Assuntos Estratégicos, Assessoria de Governança e Gestão, Pró-reitoria de Planejamento e Gestão (PROPLAG), Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-reitoria de Pós-Graduação (PRPG), Pró-reitoria de Pesquisa (PRP), Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), Nintec, Diretoria da FCSA, Chefia do Departamento de Direito (DIR), Coordenação do Curso de graduação em Direito, Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica do Departamento de Direito (NPJ/DIR), Presidente do Diretório Acadêmico do Departamento de Direito (CATEF/DIR), Presidente da Associação Atlética Desportiva do Departamento de Direito (Matuta/DIR), Presidente da Empresa Júnior do Departamento de Direito (Jurídica Júnior/DIR), Representante discente no Colegiado do Curso de graduação em Direito e Representante discente no Conselho Departamental do Departamento de Direito. Na percepção desse grupo destacam-se como:

##### a) Pontos Fortes

Boa acessibilidade física/estrutural para pessoas com deficiência; destacada iniciativa do NEDAJ de desenvolvimento das habilidades de leitura/compreensão na língua inglesa; alto nível de conhecimento técnico jurídico e de gestão administrativa pelo corpo docente; proximidade entre o corpo docente e discente; oferta diversificada de núcleos de estudo; destacada atuação do NPJ como elemento de legitimação da UFLA junto à sociedade; boa estrutura física de trabalho; autonomia orçamentária do Departamento; destacado potencial da Jurídica Jr. para oferta de prática aos discentes; potencial de pesquisa; consolidação da estrutura do NPJ.

## b) Pontos fracos

Baixa acessibilidade comportamental/ambiental (excludente) para os grupos minoritários; desarticulação do corpo discente entre si e desconhecimento desses atores do Projeto Pedagógico do Curso (PPC); distanciamento do corpo docente do Direito dos demais departamentos; departamento autocentrado com afastamento da Direção institucional, conflitos internos entre docentes e discentes, número reduzido de professores impossibilitando ou dificultando a oferta de algumas disciplinas na graduação (ex. direito previdenciário e administrativo); deficiência na publicização de estágios e de iniciativas do Departamento; questão problemática dos docentes cedidos/requisitados; alto número de professores substitutos, baixo engajamento dos docentes com ações de outros departamentos; esforços descoordenados dentro do Departamento produzindo baixo impacto nas iniciativas; ausência de planejamento/projeto comum; baixo nível de *accountability*, reduzido número de professores efetivos; dificuldades de comunicação dos discentes com os docentes (resposta a e-mails e comunicações) e de acolhimento das reclamações; baixa proximidade entre os núcleos de estudo e entre esses e as entidades estudantis; falta de sentimento coletivo de grupo/equipe no departamento; necessidade de melhorar as publicações; baixa visibilidade do NPJ na sociedade (reduzido número de atendimentos); incompreensão institucional de necessidades específicas de recursos humanos para o NPJ;

## 3.2 Grupo 2

Este grupo é composto pelos técnicos administrativos, pelos docentes e discentes. As reuniões realizadas com cada um desses coletivos foram abertas a todos os interessados em participar. Na percepção desse grupo destacam-se como:

### a) pontos fortes

Bom relacionamento entre docentes e técnicos; alta competência técnica do corpo docente; alta competência técnica do corpo administrativo; boa estrutura física de trabalho; departamento organizado; destaque à atuação da Chefia; proximidade entre o corpo docente e discente.

### b) pontos fracos

Distanciamento entre os membros do corpo docente; baixo valor de recursos orçamentários; necessidade de delimitar competências administrativas e mapear fluxos de trabalho; ausência de projeto comum; desconhecimento sobre as características do curso (necessidade de autoavaliação); número reduzido de professores e sobrecarga de atividades administrativas entre alguns docentes; os discentes apontam a ausência de um programa de mestrado na área para seguir nos estudos; informações dispersas em várias páginas dificultando o acesso, desatualização do site do Departamento e linguagem pouco acessível, baixo interesse dos discentes em ocupar cargos de representação para uma participação mais ativa; ausência de um auditório; rotatividade dos professores substitutos dificulta a continuidade de trabalhos/pesquisas; falta de livros na biblioteca.

### 3.3 Oportunidades e sugestões

As oportunidades e sugestões aqui listadas foram colhidas junto aos grupos 1 e 2 e são listadas sem observância dessa divisão. Entre as elas, destacam-se: criação do programa de pós-graduação stricto sensu, oferta de pós-graduação lato sensu; possibilidade de utilização do ônibus já utilizado pelo Curso de Medicina para também realizar atendimento itinerantes do NPJ; suporte técnico à gestão institucional e às agências de inovação; desenvolvimento de programas de estágio remunerado para os discentes junto às unidades administrativas centrais da Instituição; abertura de curso diurno; captação de serviços de consultoria ambiental; potencial grande de integração e inserção em outros departamentos da Universidade; compreensão institucional da necessidade de criação de métricas e indicadores específicos relacionados à pesquisa e extensão na área jurídica; possibilidade de parceria entre o NINTEC e o NPJ para que os alunos realizem a prática na análise de processos administrativos relacionados à inovação.

## 4. DADOS DO DEPARTAMENTO

O levantamento de dados do Departamento foi direcionado ao perfil dos discentes e egressos, às atividades de pesquisa e extensão e à atuação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Esclarece-se que a opção por realizar em apartado o estudo dos dados do NPJ, embora seja este componente obrigatório do próprio Curso de Direito, deu-se em razão de sua importância central para a própria UFLA junto à comunidade, a qual foi apontada por vários atores institucionais durante as entrevistas. O objetivo do levantamento dos dados nesta seção foi realizar um diagnóstico situacional do Departamento identificando suas atuais características.

### 4.1 Perfil

#### 4.1.1 Discentes em formação

As informações dos discentes foram solicitadas à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) que, todavia, manifestou-se negativamente indicando a possibilidade de extração de dados pelo SIG. Dá-se, porém, que o referido sistema apresenta a funcionalidade semestral e não de forma integrada dificultando a análise de dados de forma desagregada e por interseccionalidades.

A obtenção desses dados deve ser adotada como medida prioritária para conhecimento do perfil dos discentes em formação. Neste sentido, sugere-se a extração dos seguintes dados: número de ingressantes por semestre com sua respectiva forma de entrada (vestibular, transferência, segundo curso, cotista etc.), número de formandos por semestre, tempo médio de formação (anos), tempo médio de retenção (anos), etnia, renda média

familiar, origem (cidade/estado), realização de eletivas em outros departamentos (trajetória acadêmica).

#### 4.1.2 Egressos

As informações dos discentes foram solicitadas à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) que indicou não haver na Universidade sistema de acompanhamento de egressos, inclusive constando a necessidade desta ação no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Também foi investigado junto ao Departamento de Direito a existência de algum acompanhamento sistemático de seus ex-alunos. Não foi, todavia, identificada qualquer política de acompanhamento. Essa dupla ausência é ainda agravada pelo desligamento do e-mail institucional dos discentes após seis meses de conclusão do Curso.

Neste sentido, sugere-se a criação de mecanismos de acompanhamento dos egressos que permitam a extração dos seguintes dados: ano de formatura, início da atividade no mercado laboral (ano), carreira/função exercida, faixa de rendimento, inserção em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

#### 4.2 Extensão

As atividades de extensão são coordenadas pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e se materializam de três formas: (i) núcleos de estudo; (ii) entidades de extensão; (iii) programas/projetos de extensão.

Para o levantamento de dados foram utilizadas as bases de registro da PROEC, o site institucional e consulta junto aos docentes.

##### 4.2.1 Núcleos de estudo

Núcleo de Estudo	Docente responsável	Área	Situação
Artes, Direito & Literatura	Daniel Teixeira Silva	Interdisciplinar	Ativo
Clínica de Direitos Humanos	Fernando N. Martins Júnior	Interdisciplinar	Ativo
Direito Civil & Jurisprudência	Thaís Fernanda T. Seco	Direito Civil	Inativo
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão do Cárcere (GEPEC)	Fernando N. Martins Júnior	Penal	Ativo
Grupo de Estudos em Criminologia (GEGRIM)	Ricardo A. A. Teixeira	Penal	Ativo
Núcleo de Estudos em Direito Penal (NEDIP)	Bruno Henrique Gonçalves	Penal	Ativo

Núcleo Eduardo de Jesus – (Anti)Penalismos & Democracia	Fernando N. Martins Júnior	Penal	Inativo
Núcleo de Direito Processual Penal (NDPP)	Ricardo A. A. Teixeira	Penal/Processo Penal	Inativo
Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo Constitucional (GEPPROC)	Fernanda Gomes e S. Borges	Processo Civil/Constitucional	Ativo
Grupo de Estudos em Direito Internacional (NEDRI)	Pedro Ivo Ribeiro Diniz	Internacional	Ativo
LABB – Laboratório de Bioética e Direito	Gustavo Pereira R. Leite Juraciara	Bioética	Ativo
Libertas	Leonardo Gomes P. Rosa	Filosofia Direito	Ativo
Núcleo de Estudos em Assuntos Regulatórios (NEAR)	Ricardo A. A. Teixeira	Direito Econômico	Ativo
Núcleo de Estudos de Direito, Argumentação e Justiça (NEDAJ)	Leonardo Gomes P. Rosa	TGD	Inativo
Núcleo de Estudos em Direito Agrário Francisco Alves Mendes (NEDAFAM)	Gabriela C. Braga Navarro	Direito Agrário	Ativo
Núcleo de Estudos em Direito Ambiental (NEDAM)	Ana Luiza Garcia Campos	Ambiental	Ativo
Núcleo de Estudos em Democracia e Constitucionalismo	Letícia Garcia R. Dyniewicz	Constitucional	Ativo
Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Constitucionais	Silvia Helena Rigatto	Constitucional Direitos Humanos	Ativo
Núcleo de Estudos em Direito Empresarial	Fernanda Valle Versiani	Empresarial	Inativo
Núcleo de Estudos em Propriedade e Inovação (NEPI)	Fellipe Guerra David Reis	Empresarial	Inativo
Núcleo Tributação, Democracia e Desenvolvimento	Daniela Olímpio de Oliveira	Tributário	Ativo até jan/2022
Observatório das Famílias	Luciana Fernandes Berlini	Família	Ativo
Núcleo de Estudos Trabalho, História e Direitos Sociais	Gustavo Seferian	Trabalho	Inativo

**Análise:** Há significativo número de ofertas de núcleos de estudo em diferentes áreas do Direito. Verifica-se, no entanto, algumas áreas descobertas tais como Direito Empresarial e Direito do Trabalho.

#### 4.2.2 Entidades de extensão

##### I. Jurídica Júnior

A entidade foi criada no ano de 2014 com objetivo de formação empreendedora dos discentes do Curso de Direito da UFLA, sendo ligada ao Movimento de Empresa Júnior (MEJ) do Brasil. A fundação da entidade deu-se por iniciativa da Profa. Fernanda Gomes e Souza Borges que também exerceu sua coordenação. Esta também foi exercida pelo Prof. Fellipe Guerra David Reis e, atualmente, encontra-se sob a orientação da Profa. Stefania Becattini Vaccaro.

A entidade é voltada à consultoria e adota a forma jurídica de associação sem fins lucrativos, sendo os discentes vinculados de forma voluntária. A dinâmica de estruturação da entidade, bem como as metas a serem perseguidas são estabelecidas pelo MEJ. A coordenação do orientador é apenas de natureza técnica e ética.

##### II. Matuta Associação Atlética Acadêmica do Direito da UFLA

A entidade é uma organização estudantil, ainda sem personalidade jurídica, que tem por objetivo desenvolver atividades voltadas para a administração, a integração e a representação dos discentes em eventos esportivos, sociais, festivos e acadêmicos. Foi fundada em 2015 e tem como “carro-chefe” o fomento das práticas desportivas dentro do meio acadêmico. Sua estrutura de funcionamento é constituída em diretorias e presidência, com regimento próprio, sem coordenação por nenhum professor do Departamento.

##### III. PETi Direito

O Programa de Educação Tutorial Institucional (PETi) apresenta natureza especial e constitui-se como ação integrada de pesquisa, ensino e extensão vinculada à PROGRAD. É composto por uma equipe por estudantes (bolsistas e voluntários), sob orientação do Prof. Gustavo Pereira Leite Ribeiro. Os objetivos do programa são: (i) desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante constituição de grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; (ii) contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; (iii) estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; (iv) formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; (v) estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; (vi) introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; (vii) Contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática

de formação na graduação; (viii) Contribuir com a política de diversidade na instituição de ensino superior (IES), por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

#### 4.2.3 Programas/Projetos de extensão

Título	Natureza	Área	Responsável
Apoio Educacional para o Enem	Projeto	Interdisciplinar	Pedro Ivo R. Diniz
Direito em vida	Projeto	Interdisciplinar	Pedro Ivo R. Diniz
Explicando Direito	Projeto	Interdisciplinar (vinculado ao NPJ)	Vinícius N. Cerqueira
ILPI Legal	Projeto	Interdisciplinar	Stefania B. Vaccaro
Nos Lares, nós lares	Projeto	Direito Trabalho	Stefania B. Vaccaro
Incubação da Associação das Mulheres Agricultoras de Perdões	Projeto	Interdisciplinar	Stefania B. Vaccaro José Roberto Pereira
Pesquisa Jurídica: para que(m)?	Projeto	Interdisciplinar	Gabriela C. B Navarro
Precisamos falar sobre abuso sexual infantil	Projeto	Penal	Ricardo A. A. Teixeira
Apoio técnico jurídico e ambiental a municípios da macroregião de Lavras/MG para a estruturação legal e ambiental -	Projeto	Ambiental	Ana Luiza G. Campos Camila Franco (engenharia ambiental)



**Análise:** A oferta de atividades de extensão é realizada por um número reduzido de professores e concentra-se em projetos. A ausência de registro de programas dificulta a realização de ações de longo termo, a captação de recursos e a inserção de um maior volume de alunos.

### 4.3 Pesquisa

As atividades de pesquisa são coordenadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) e se materializam de duas formas: (i) Grupos de Pesquisa com registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CPNq); (ii) Projetos de Pesquisa cadastrados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFLA).

Para o levantamento de dados foram utilizadas as bases de registro da PRP e as informações do site institucional referentes aos grupos de pesquisa, dentro de um recorte temporal de 5 anos. A opção por esse recorte temporal foi fixar um lapso temporal maior capaz de captar pesquisas de maior envergadura. As informações referentes a projetos de pesquisa constantes no site departamental foram desconsideradas na medida em que se encontram desatualizadas.

#### 4.3.1 Grupos de Pesquisa

##### I. Laboratório de Bioética e Direito (LABB)

O Laboratório está vocacionado para o trabalho colaborativo e interdisciplinar, aliado a uma postura empreendedora e reflexiva que fomenta a aprendizagem autônoma e dinâmica de seus integrantes. Desenvolve suas atividades a partir da identificação e do exame de problemas bioéticos e jurídicos, notadamente no âmbito do direito civil e da teoria do direito, sob o enfoque da tensão entre liberdade e vulnerabilidade. Frequentemente, os resultados de suas pesquisas são apresentados em eventos científicos, em especial o Congresso Mineiro de Direito Civil e o Congresso Brasileiro de Bioética. Interessa-se em dialogar com grupos de pesquisa, nacionais e estrangeiros, de variadas áreas do conhecimento, buscando ações de mobilidade, publicações coletivas, organização de eventos, além de trocas de experiências e saberes. Atualmente, apoia a proposta de criação de Programa de Pós-graduação em Direito, com área de Concentração em Direito e Vulnerabilidade. Tem como professores envolvidos: Gustavo Pereira Leite Ribeiro (líder); Juraciara Vieira Cardoso (líder); Luciana Fernandes Berlini (UFLA); Fellipe Guerra David Reis (UFLA); Thaís Fernanda Tenório Sêco (UFLA).

##### II. Núcleo de Estudos em Direito e Relações Internacionais (NEDRI)

O Núcleo de Estudos em Direito e Relações Internacionais apresenta como objetivo a promoção de ações relacionadas à pesquisa, ao ensino e à extensão que envolvam temáticas de Direito Internacional e Relações Internacionais, tais como projetos, publicações, seminários e palestras. Outrossim, visa à formação e ao crescimento acadêmico e profissional de seus membros, incentivando o intercâmbio entre estes e outras instituições científicas, nacionais e estrangeiras, além da participação em congressos, simulações e cursos. Em 2014,

criou-se a primeira ramificação do NEDRI, denominada GDAi, Grupo de Discussões em Assuntos Internacionais, que tem como proposta aproximar o debate entre o meio acadêmico e a comunidade externa utilizando como pauta assuntos internacionais em voga na sociedade. Tem como professores envolvidos: Pedro Ivo Ribeiro Diniz (líder); Dêlber Andrade Lage (líder).

### III. Grupo de Pesquisas Processo Civil Democrático (PROCIDE)

O grupo de pesquisa visa examinar o Direito Processual Civil tendo em vista o Estado Democrático de Direito, com o objetivo de compreender o significado da subjetividade judicial; aprofundar na função jurisdicional; adentrar nos atos jurisdicionais; relacionar o processo constitucional com processo civil democrático. Tem como professores envolvidos: Isabela Dias Neves (líder); Fabrício Veiga Costa (líder); Vinícius N. Cerqueira.

### IV. Grupo de Pesquisa em Direito Civil – Terra Civilis

Terra Civilis está vocacionado para o trabalho colaborativo, aliado a uma postura empreendedora e reflexiva que fomenta a capacidade para aprendizagem autônoma e dinâmica de seus integrantes. Desenvolve suas atividades a partir do exame crítico de problemas jurídicos atuais envolvendo a tutela da pessoa humana, com destaque para sua inserção na família e sua atuação no mercado, e as respectivas estratégias de enfrentamento dos desafios impostos pelas transformações sociais e pelo desenvolvimento científico-tecnológico, levando em conta o legado histórico e o perfil constitucionalizado dos institutos de direito civil. Tem-se como professores envolvidos: Luciana Fernandes Berlini (líder); Fellipe Guerra David Reis (UFLA); Thaís Fernanda Tenório Sêco (UFLA).

### V. Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo Constitucional - GEPPROC

O GEPPROC tem por objetivo realizar e aprofundar pesquisas acerca do Processo Constitucional, como metodologia científica que prospecta o processo como garantia de efetivo exercício de direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito, no qual a jurisdição (como direito fundamental do povo), só pode se concretizar mediante processo instaurado em estrita observância à principiologia do devido processo legal constitucional, nos âmbitos jurisdicional, legislativo e administrativo, a fim de concorrer para a formação da legitimidade democrática do Estado. Tem-se como professores envolvidos: Fernanda Gomes e Souza Borges (líder); Prof. Dr. Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias (PUC/MG); Prof. Dr. Lúcio Delfino (UNIUBE); Prof. Dr. Eduardo José da Fonseca Costa (TRF 3ª Região).

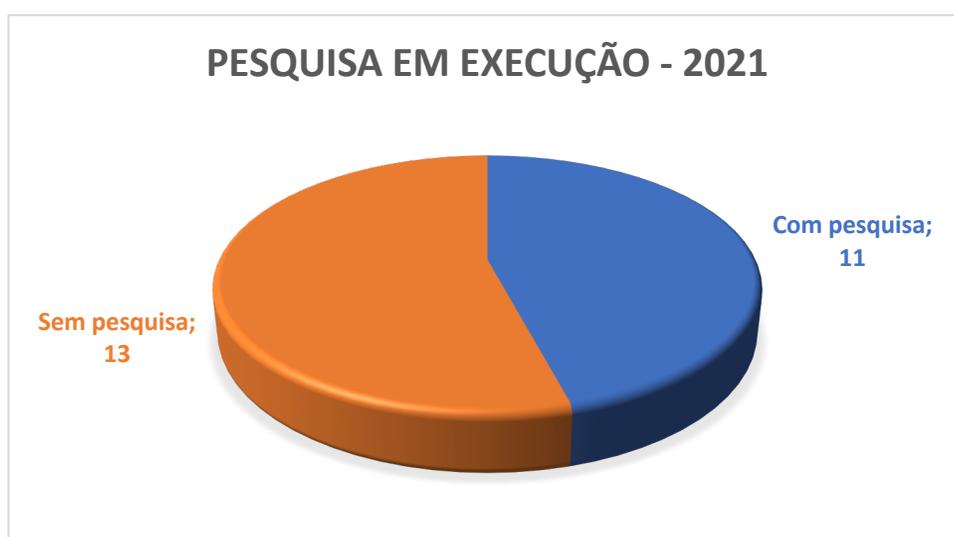
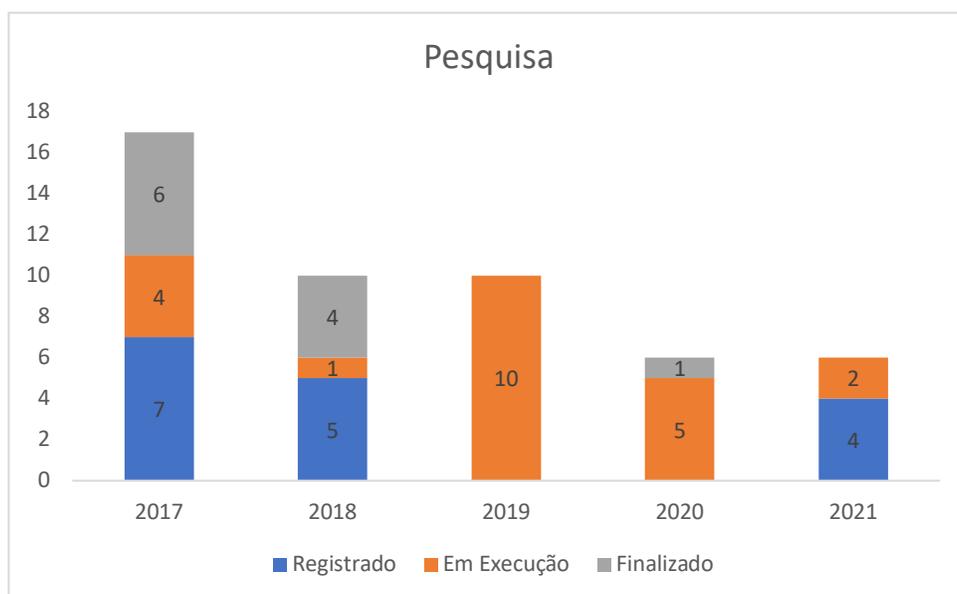
#### 4.3.2 Projetos de Pesquisa

Para este levantamento foram apenas considerados os registros constantes na PRP de 2017 a 2021.

<b>Título</b>	<b>Responsável</b>	<b>Situação</b>	<b>Ano</b>
Mapeando a pesquisa jurídica na Universidade Federal de Lavras	Gabriela C. Braga Navarro	Em execução	2021
O sentido da ADPF 130 na jurisprudência do STF sobre liberdade de expressão.	Leonardo G.P Rosa	Registrado (não será feito)	2021
Tráfico de Seres Humanos e sua Repressão Penal.	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2021
Perfil Vitimológico e Prevenção Criminal.	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2021
Desenvolvimento de Metodologia de Análise Vitimológica em Crimes Violentos.	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2021
Os Tribunais Superiores e a Legislação do Trabalho.	Stefania B. Vaccaro	Em execução	2021
Sistematização de Evidências na Implantação e Gestão de Políticas e Conselhos de Direitos das Pessoas Idosas, com curso EaD associado, visando a formação e transferência de conhecimento para o fortalecimento de Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa.	Stefania B. Vaccaro	Registrado	2021
Economia Política, Linguagens e Direito.	Daniela O. de Oliveira	Em execução	2020
O modelo de resistência da OAB em um cenário de decréscimo de democracia no constitucionalismo brasileiro: traduções entre as ordens políticas e jurídica.	Letícia G. R. Dyniewicz	Em execução	2020
Perfil Vitimológico em crimes violentos: estudo sobre as vítimas de casos icônicos.	Ricardo A. A. Teixeira	Em execução	2020
Vitimologia em crimes violentos: estudo sobre as vítimas de casos icônicos.	Ricardo A. A. Teixeira	Em execução	2020
Órfãos do Cárcere.	Ricardo A. A. Teixeira	Em execução	2020
As condições de trabalho do transportador rodoviário de carga no Brasil: análise das mudanças legislativas de 2007-2020.	Stefania B. Vaccaro	Finalizado	2020
Dignidade humana, Direitos Fundamentais e Direito Civil.	Gustavo P. L Ribeiro	Em execução	2019
Impactos da convenção sobre direitos da pessoa com deficiência no Direito Civil Brasileiro.	Gustavo P. L Ribeiro	Em execução	2019
Saúde, Liberdade e Vulnerabilidade	Gustavo P. L Ribeiro	Em execução	2019
Tecnicismo processual, efetividade do processo e acesso à justiça.	Isabela Neves Silveira	Em execução	2019
Terra Civilis: novas tendências do Direito Civil	Luciana Fernandes Berlini	Em execução	2019
Justiça Intergeracional e Vulnerabilidades	Pedro Ivo Ribeiro Diniz	Em execução	2019
Ressocialização pela Aprendizado	Ricardo A. A. Teixeira	Em execução	2019
Expansão e consolidação das APAC's: o método alternativo de cumprimento da pena no estado de Minas Gerais.	Ricardo A. A. Teixeira	Em execução	2019
Medidas cautelares Penais e Tempo de Processo	Ricardo A. A. Teixeira	Em execução	2019

A Lei Maria da Penha e a Lei do feminicídio não são suficientes para garantir a proteção da mulher	Ricardo A. A. Teixeira	Em execução	2019
Desenvolvimento sustentável e a implementação da política e dos instrumentos ambientais	Ana Luiza Garcia Campos	Registrado	2018
O incidente de desconsideração de personalidade jurídica	Fernanda G. e Souza Borges	Finalizado	2018
A razoável duração do processo	Fernanda G. e Souza Borges	Finalizado	2018
Tutela Inibitória	Fernanda G. e Souza Borges	Finalizado	2018
Processo Constitucional	Fernanda G. e Souza Borges	Em execução	2018
Política do Extraordinário x democracias constitucionais	Leticia G. R. Dyniewicz	Registrado	2018
Modelo alternativo de execução de pena	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2018
Ecologia criminal e flutuação populacional	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2018
Tribunal do Júri	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2018
Controle judicial dos negócios processuais	Vinicius N. Cerqueira	Finalizado	2018
A proteção dos trabalhadores do Brasil a partir de uma leitura constitucional	Daniel Teixeira Silva	Em execução	2017
Aplicabilidade do novo marco legal do conhecimento tradicional na propriedade intelectual	Fellipe Guerra David Reis	Registrado	2017
Mercado de acesso: uma necessária reformulação normativa	Fernanda Valle Versiani	Registrado	2017
Indigenous Rights in the Interamerican system of human rights jurisprudence	Gabriela C. Braga Navarro	Finalizado	2017
O fornecimento de medicamentos e a judicialização de políticas públicas de saúde	Isabela Neves Silveira	Em execução	2017
Autonomia e vulnerabilidade sistêmica	Juraciara Vieira Cardoso	Em execução	2017
A identidade de gênero das pessoas com deficiência	Juraciara Vieira Cardoso	Em execução	2017
Reprodução Assistida: análise acerca do reconhecimento da multiparentalidade	Luciana Fernandes Berlini	Finalizado	2017
Família e responsabilidade: os limites da liberdade nas relações existenciais	Luciana Fernandes Berlini	Em execução	2017
Adoção Internacional e o direito de convivência familiar	Luciana Fernandes Berlini	Finalizado	2017
Agenda 2030 e os dilemas para consecução do desenvolvimento sustentável	Pedro Ivo Ribeiro Diniz	Registrado	2017
Lavagem de dinheiro e suas repercussões	Ricardo A. A. Teixeira	Finalizado	2017

A APAC como modelo alternativo de execução de penal	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2017
A legitimidade dos Tribunais Penais Internacionais	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2017
O mito da ressocialização carcerária	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2017
Modelos Alternativos de Execução da Penal	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2017
Aspectos controvertidos da Medida de Segurança	Ricardo A. A. Teixeira	Registrado	2017
Legislação de acessibilidade digital	Silvia Helena Rigatto	Finalizado	2017
Legislação de acessibilidade digital	Silvia Helena Rigatto	Registrado	2017
Perfil jurisprudencial dos institutos de direito civil	Thaís F. Tenório Seco	Registrado	2017
O confronto entre a impenhorabilidade do salário do devedor e o direito fundamental	Vinícius N. Cerqueira	Finalizado	2017
Direito, Interpretação e Justiça: igualdade e liberdade no direito brasileiro)	Leonardo G. P. Rosa		2021



**Análise:** Considerando os projetos iniciados desde 2017 e que, até o presente momento, encontram-se em execução no ano de 2021 verifica-se que menos de 50% do corpo docente encontra-se com pesquisa ativa. Esse resultado, no entanto, deve ser interpretado com cautela. Nesse sentido, deve-se estar atento à forma de cadastro e à atualização dos dados no site da PRP. Projetos de pesquisa que não tiveram planos de trabalho envolvendo discentes cadastrados, institucionalmente são considerados como “registrados”, mas podem estar “em execução” de forma autônoma pelo docente. Ademais, os dados constantes no site da PRP indicam o status “em execução” para docentes de afastamento temporário (cessão/requisição) ou definitivo o que revela desatualização da base de dados.

Finalmente, para melhor aferição da pesquisa em execução pelo corpo docente devem os dados institucionais serem cruzados com outras plataformas de registro acadêmico, em especial: a Plataforma lattes e o Orcid. Sendo também relevante mapear as redes de pesquisa de inserção do docente e os resultados de publicação. Esses procedimentos, no entanto, não foram adotados pela Comissão do Plano de Ação haja vista o tempo disponível à confecção desse relatório. Sugere-se que na atualização do documento esses dados sejam verificados.

#### 4.4 NPJ

Os dados foram levantados junto ao próprio setor do Departamento e agregados de duas formas para capturar o impacto da pandemia COVID-19 no atendimento.

**ANO DE CRIAÇÃO:** 2012

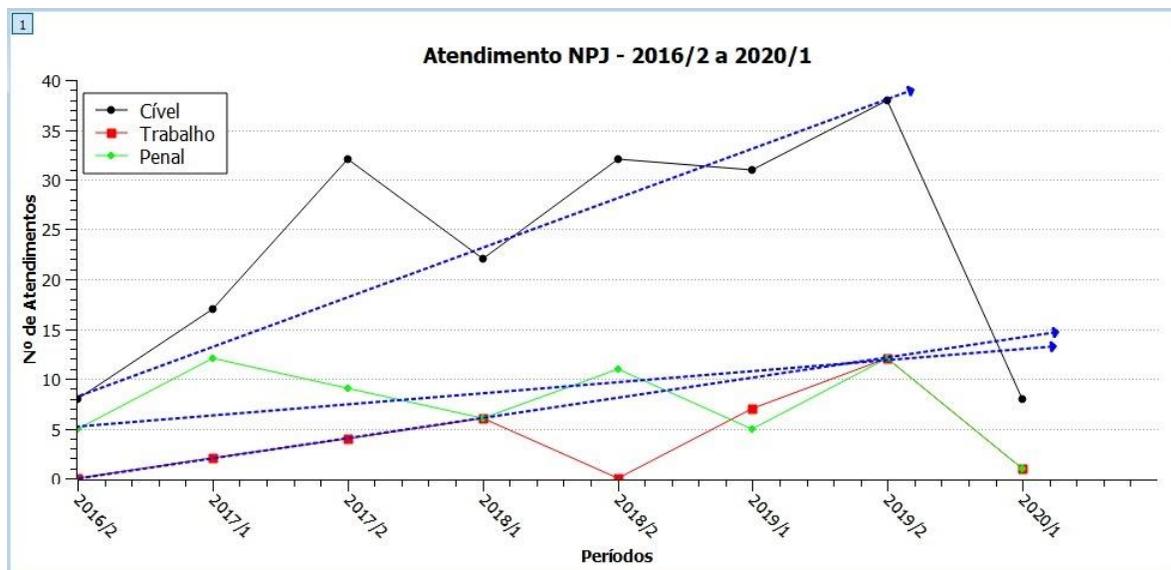
**INÍCIO DAS ATIVIDADES:** 2016/2

#### **MÉDIA DE ATENDIMENTOS POR SEMESTRE**

O segundo período de levantamento desconsidera o semestre 2020/1 que foi afetado pela pandemia.

<b>Período de Levantamento: 2016/2 a 2020/1</b>			
<b>CÍV EL</b>	<b>TRABALHI STA</b>	<b>PEN AL</b>	<b>Média Geral</b>
23,3	4,1	7,8	35,2

Período de Levantamento: 2016/2 a 2019/2			
CÍVEL	TRABALHISTA	PENAL	Média Geral
25,7	4,4	8,7	38,8



### MATRÍCULAS POR PERÍODO

Área	Nº de Matrículas									
	2016/1	2017/1	2017/2	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1
Cível	7	10	10	19	19	15	17	0	19	17
Trabalhista	8	19	25	27	27	33	26	0	18	14
Penal	11	9	11	7	10	19	7	12	11	20

**Análise:** Apesar da diversidade de áreas de atendimento o número de ações é reduzido e a curva de crescimento ao longo dos anos é muito sutil. De outro lado, o número de alunos matriculados em comparação ao número de processo pode ser um indicativo da dificuldade para realização das atividades. Também se identifica-se reduzido número de alunos matriculados no NPJ em proporção àqueles matriculados no Curso indicando que a maior parte dos alunos têm optado por realizar equivalência de estágio.

## 5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, do Ministério da Economia, dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG. Nesse contexto, considera-se planejamento estratégico o processo sistêmico de estabelecimento da estratégia para, a partir de uma condição presente e do entendimento do que é a organização e qual o seu papel, e considerando a análise do contexto, alcançar uma situação futura desejada, buscando sempre maior efetividade dos resultados e eficiência da gestão dos recursos. O planejamento estratégico do Departamento de Direito, portanto, é o produto que documenta

os objetivos, os indicadores, as metas e os projetos estratégicos no âmbito departamental, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFLA.

### 5.1. Matriz de Priorização

Para a construção do planejamento estratégico do Departamento, a Comissão do Plano de Ação partiu da análise de cenários identificados na Matriz SWOT e utilizou de forma conjugada a Matriz de Priorização que adota três critérios para a tomada de decisão, quais sejam: Gravidade, Urgência e Tendência (GUT).

Nos Quadros 5(a), 5(b), 5(c) e 5(d), apresentam-se, respectivamente, as avaliações das oportunidades, ameaças, forças e fraquezas identificadas para o Departamento de Direito, com o respectivo grau de relevância para a elaboração de estratégias. Os Quadros 5(e), 5(f) e 5(g) apresentam os objetivos, as metas, os indicadores, as fontes de recursos financeiros necessários, as metas planejadas em cada dimensão integrante do Mapa Estratégico da UFLA, consolidado no PDI-UFLA 2021 a 2025 e as estratégias para o período. No Quadro 5(e) são detalhados os objetivos da dimensão “Governança, Aprendizagem e Recursos”, no Quadro 5(f) os objetivos da dimensão “Processos Internos” e no Quadro 5(g) os objetivos que integram a dimensão “Resultados e Sociedade”.

*Quadro 5(a): Avaliação das oportunidades do Departamento de Direito, 2022-2026*

Oportunidades	Probabilidade de ocorrência 1: Rara 5: Muito provavelmente	Impacto (efeito) positivo 1: Incidental 5: Extremo	Potencialidade 1: Muito baixa 5: Muito alta	Grau de relevância
Demanda regional por conhecimento jurídico ambiental	5	5	5	125
Abertura com o Núcleo de Inovação Tecnológica	5	4	5	100
Carência de apoio técnico jurídico na gestão institucional	5	5	4	100
Digitalização de procedimentos e fluxos de trabalho	5	5	4	100
Incentivo institucional ao lato sensu	5	4	5	100
Compreensão sobre a necessidade de definir métricas específicas de pesquisa e produtividade (impacto local/regional)	3	5	5	75
Reestruturação universitária e organização em Faculdades	5	3	3	45

*Quadro 5(b): Avaliação das ameaças para o Departamento de Direito, 2022-2026*

Ameaças	Probabilidade de ocorrência 1: Rara 5: Muito provavelmente	Impacto (efeito) negativo 1: Incidental 5: Extremo	Vulnerabilidade 1: Muito baixa 5: Muito alta	Grau de relevância
Baixa preocupação institucional com os cursos noturnos (horários de ônibus, iluminação etc.)	5	5	5	125

Redução de pessoal terceirizado	5	5	5	125
Redução de receitas / orçamento	5	5	5	125
Dificuldade de contratação de professores	5	5	5	125
Aumento da vulnerabilidade socioeconômica	4	5	2	40
Excessiva burocracia institucional	3	3	2	18

*Quadro 5(c): Avaliação das forças do Departamento de Direito*

Forças	Diferenciação sobre os concorrentes	Facilidade de Imitação	Impacto (efeito) positivo	Grau de relevância
	1: Muito pequena 5: Muito grande	1: Muito fácil 5: Muito difícil	1: Incidental 5: Extremo	
Perfil de incentivo à pesquisa	5	5	5	125
Estrutura física privilegiada	5	5	5	125
Empresa Jr. e Núcleos de Estudo	5	5	5	125
Possibilidade de articulação dos Planos de Trabalho Docente	3	3	5	45
Competência técnica dos técnicos	3	4	3	36
Competência técnica docentes	3	4	3	36
Núcleo de Prática Jurídica (atividade de extensão de impacto)	2	3	5	30
Pouca pesquisa empírica na área	1	4	5	20
Discentes questionadores	3	2	3	18

*Quadro 5(d): Avaliação das fraquezas do Departamento de Direito*

Fraquezas	Diferenciação sobre os concorrentes	Facilidade de melhoria	Impacto (efeito) negativo	Grau de relevância
	1: Muito pequena 5: Muito grande	1: Muito fácil 5: Muito difícil	1: Incidental 5: Extremo	
Ausência de programa de pós-graduação stricto sensu;	5	5	5	125
Descentralização dos esforços sem objetivos comuns	5	4	5	100
Ausência de docentes efetivos afastados "permanentemente"	5	4	5	100
Déficit em questões tecnológicas como direito digital	4	5	5	100
Falta de dados agregados (alunos com deficiência, alunos cotistas, inserção dos egressos)	4	5	5	100
Baixos índices de publicação	4	4	5	80
Isolamento do Curso	4	4	5	80
Inadequação do PPC em relação às DCN	3	4	5	60
Deficiência de comunicação e divulgação	3	4	5	60
Ausência de participação de docentes e discentes nos órgãos coletivos do DIR e da instituição	5	3	4	60
Baixo engajamento docente nas orientações em pesquisa	3	4	5	60

Desarticulação dos Núcleos de Estudo e Pesquisa	3	4	3	36
Ausência de regulação sobre afastamentos e licenças	3	2	3	18
Ausência de espaços internos de diálogo e solução de conflitos entre docentes e discentes	1	4	4	16
Desarticulação do corpo discente e do corpo docente	2	2	4	16
Desconhecimento do PPC pelo corpo discente	1	3	4	12

Quadro 5(e): Objetivos da dimensão Governança, Aprendizagem e Recursos

Objetivo Estratégico	Metas	Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2021-2025)				Meta anual planejada					Responsável	Estratégias
			LOA-UFLA	TED	Proj.	Outs	2022	2023	2024	2025	2026		
Promover o alinhamento estratégico dos órgãos, grupos e associações vinculadas ao departamento	Promover eventos conjuntos para estimular o alinhamento entre grupos.	Nº de eventos realizados em conjunto pelo departamento e grupos a ele vinculados.	X		X		-	1	1	1	1	Chefia Departamental, Docentes líderes dos grupos, Centro Acadêmico e Atlética.	- Direcionar recursos para realização de eventos em conjunto; - Promover foro de debate entre líderes dos grupos.
Aprimorar a atuação departamental em questões de Direito e Tecnologia	Criar vagas regulares de estágio no NINTEC.	Nº de vagas regulares de estágio ofertadas pelo NINTEC para discentes do Direito por semestre	X				0	5	10	10	10	Núcleo de Prática Jurídica.	- Articular com NINTEC a oferta de vagas regulares de estágio para alunos do curso de Direito da UFLA.
	Realizar eventos em temas de Direito e Tecnologia.	Nº de eventos realizados na área.	X		X		0	1	1	1	1	Conselho Departamental, Empresa Jr. e Centro Acadêmico.	- Designar comissão discente e docente para elaboração de proposta de evento anual.
	Contratar docente com capacitação na área.	Nº de docentes contratados.	X				0	0	1	0	0	PRGDP, CPPD e Chefia Departamental.	- Redefinir a necessidade de vagas para reforma do PPC com a CPPD e PRGDP.
Aprimorar os sistemas de controle e monitoramento de gestão	Desenvolver sistema de controle e monitoramento de metas no departamento.	% sistema de controle e monitoramento de metas e indicadores implementados no departamento.	X				-	100%	100%	100%	100%	Conselho Departamental.	- Instituir comissão encarregada por manter atualizadas as informações do sistema de monitoramento do cumprimento das metas e dos indicadores dos objetivos constantes do Plano de Ação.
	Mapear os fluxos de trabalho dos técnicos administrativos	Definição das atribuições atinentes aos setores	X				-	100%	100%	100%	100%	Chefia Departamental	- Solicitar à PROPLAG o mapeamento dos fluxos de trabalho dos técnicos administrativos/setores.
Aumentar as oportunidades de formação prática dos discentes	Criar oportunidades de formação prática no âmbito do curso de Direito.	Nº de vagas ofertadas de estágio dentro da instituição previstas no âmbito do PPC.	X				-	10	20	30	30	Núcleo de Prática Jurídica.	- Articular com setores e órgãos da UFLA (NINTEC, DRI, Superintendência de Integridade e Correição, Procuradoria etc.) a oferta de vagas regulares de estágio para alunos do curso de Direito da UFLA; - Apoiar a atuação da Empresa Jr. como ação departamental.

Definir parâmetros de trabalho remoto e presencial	Estabelecer política departamental de desenvolvimento de trabalho presencial e remoto.	Nº de docentes no departamento por dia.	X				-	66%	66%	66%	66%	Chefia Departamental, Secretaria do Departamento e Conselho Departamental.	- Aprovar política de trabalho remoto e presencial.
Promover ações para incentivar a permanência dos servidores na instituição	Reduzir a 0 (zero) o número de vacâncias por exoneração a pedido, por redistribuição, por cessão, por requisição e por movimentação ao ano.	Nº de vacâncias por exoneração a pedido, por redistribuição, por cessão, por requisição e por movimentação ao ano.	X				3	1	0	0	0	Conselho Departamental, Reitoria e PRGDP.	- Avaliação de clima organizacional; - Revisão de processos de cessão e requisição.
	Incentivar a capacitação/qualificação dos técnicos administrativos	Criar 1 estímulo/premiação no plano de gestão de pessoas direcionado aos técnicos					x					Chefia do Departamento	- Articular com a PROPLAG; - Definir a forma de incentivo;
Aprimorar a estrutura física do Departamento	Implementar o projeto de reforma do prédio do Departamento.	Nº de projetos de reforma implementados.	X				-	-	1	1	-	Reitoria, PROINFRA, Chefia do Departamento.	- Articular com Reitoria e PROPLAG recursos para implementação da obra planejada.
	Estabelecer novo espaço para o NPJ no Campus Histórico.	Nº de mudanças de espaço físico do NPJ.	X				-	1	-	-	-	Reitoria, PROINFRA, Chefia do Departamento, Coordenação do NPJ.	- Definir em conjunto com a reitoria espaço no campus histórico para instalação do NPJ. - Avaliar os impactos e as necessidades inerentes à mudança de espaço; - Elaborar projeto para mudança da sede física do NPJ para o campus histórico.

Quadro 5(f): Objetivos da dimensão Processos Internos

Objetivo Estratégico	Metas	Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2021-2025)				Meta anual planejada					Responsável	Estratégias
			LOA - UFLA	TED	Proj.	Outs	2022	2023	2024	2025	2026		
	Mapear os espaços de representação discente e docente e sistematizar os	Nº de discentes por espaços de representação no departamento.	-				-	1	1	1	1	Secretaria do Departamento	- Sistematizar calendário e procedimentos de seleção discente para espaços de representação no departamento.

Promover a participação discente e docente em instâncias de representação	procedimentos de divulgação e seleção de representantes.	Nº de docentes do departamento em espaços de representação na universidade.	-				-	3	4	4	4	Chefia do Departamento	- Designar comissão para mapeamento dos espaços de representação docente.
Ampliar as pesquisas em parceria com os setores público e privado	Aumentar o nº de projetos de pesquisa financiados no departamento.	Nº de projetos de pesquisa no departamento com financiamento.	X		X		-	2	5	7	10	Docentes do Departamento.	- Promover a elaboração de projetos coletivos entre docentes do departamento; - Mapear editais de financiamento na área; - Mapear oportunidades de participação em projetos com outros departamentos da universidade.
	Aumentar o nº de orientações em iniciação científica.	Nº de orientações em iniciação científica.	X		X		-	20	40	50	50	Docentes do Departamento.	- Divulgação dos projetos de pesquisa e demanda por pesquisadores.
Aumentar o fator de impacto e o número de publicações de artigos produzidos pelos docentes do Departamento	Atingir, até o final de 2025, 60% de artigos publicados A e B1.	% de artigos publicados em períodos A e B1.	X				-	30%	40%	50%	60%	Docentes do Departamento.	- Mapear oportunidades de publicação em Direito.
	Aumentar em 50% a média de publicação por docente.	% de aumento do número médio de artigos publicados por docente.	X				-	20%	30%	40%	50%	Docentes do Departamento.	- Mapear oportunidades de publicação em Direito; - Elaborar obras coletivas entre docentes do departamento.
Fortalecer, pela extensão e pela prática jurídica, a relação entre universidade e sociedade	Implementar o “Núcleo Itinerante”.	Nº de projetos de atuação itinerante do NPJ implementados.	X				-	0	1	1	1	Núcleo de Prática Jurídica	- Elaborar projeto de atuação itinerante do NPJ; - Concretizar com a reitoria a utilização do ônibus da universidade para as atividades do NPJ.
	Ampliar o alcance do NPJ.	Nº de atendimentos do NPJ por semestre.	X				35	50	75	100	100	Núcleo de Prática Jurídica	- Elaborar projeto para mudança da sede física do NPJ para o campus histórico; - Rever o formato de atuação do NPJ; - Ampliar a atuação do NPJ na área ambiental; - Promover ações de divulgação da atuação do NPJ.
	Aumentar o número de projetos de extensão coordenados por professores do Departamento.	Nº de projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do Departamento por semestre.	X		X		8	16	20	23	25	Docentes do Departamento	- Implementar curricularização de Extensão.
Fortalecer a relação institucional entre o Departamento e prefeituras e	Ampliar o número de contratos e convênios com prefeituras e	% contratos e convênios com prefeituras e	X	X	X		-	25%	50%	75%	100%	Chefia Departamental e Docentes do Departamento.	- Realizar prospecção de prefeituras e Organizações da Sociedade Civil;

Organizações da Sociedade Civil	Organizações da Sociedade Civil em 100% até 2025	Organizações da Sociedade Civil											- Desenvolvimento em conjunto com a PROEC da comunicação da extensão junto às prefeituras e organizações da sociedade civil.
Atualizar o Projeto Pedagógico do Curso	Aprimorar e adequar o PPC, considerando as necessidades atuais e as DCN.	Nº de reformas do PPC aprovadas e implementadas pelo Colegiado de Curso.	X				-	1	0	0	0	Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante.	- Realizar evento anual de apresentação, discussão e avaliação do PPC; - Elaborar cronograma de trabalho para a reforma do PPC; - Articulação para contratação de docentes em novas áreas exigidas pelas DCN.
Promover a oferta de cursos de pós-graduação	Criar o Programa de Mestrado em Direito.	Nº de APCN submetidos.	X				-	0	1	0	0	Comissão designada para elaboração da APCN.	- Promover eventos nas linhas de pesquisa previstas na APCN; - Promover evento entre UFLA e CAPES para estreitamento dos laços; - Estabelecer metas e parâmetros de produtividade para docentes envolvidos na proposta.
	Avaliar a viabilidade e demanda por curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Direito.	Nº de Projetos de Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Direito desenvolvidos.	X		X		-	0	0	1	0	Comissão designada para elaboração de projeto de Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> .	- Avaliar a demanda por cursos <i>lato sensu in company</i> ; - Designar comissão para avaliação de viabilidade e elaboração de projeto de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
Implantar programas de apoio estudantil e de solução de conflitos internos	Aprimorar a recepção e a integração dos calouros nas atividades do departamento.	Nº de programas desenvolvidos para a integração de calouros às atividades departamentais.	X				-	1	1	1	1	Conselho Departamental.	- Designar comissão para a elaboração de programa de integração de calouros. - Implementar estratégias de readaptação ao ensino presencial pós pandemia.
	Reduzir o nº de conflitos internos sem resolução departamental.	% Denúncias com atuação departamental e setorial para resolução.	X				-	100%	100%	100%	100%	Conselho Departamental e Setores do Departamento.	- Desenvolver espaços de recebimento e resolução de denúncias nos setores; - Implementação da Câmara de Acompanhamento de Denúncias.
Ampliar a captação de recursos de rendas próprias por meio de estratégias administrativas	Captar recursos financeiros arrecadados por meio de convênios com a Fundecc em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até 2025	Volume arrecadado de recursos administrados por fundações de apoio		X	X		-	R\$ 20.000,00	R\$3 000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 50.000,00	Docentes do Departamento.	- Celebrar convênios e acordos de parceria com a iniciativa privada e pública; - Trabalhar em parceria com a Fundecc para a captação de recursos; - Ofertar cursos de curta duração em plataformas on line e/ou presencial; - Ofertar cursos <i>in company</i>
Fortalecimento da Comunicação Institucional	Atualizar o portal do departamento mensalmente.	Nº de atualizações do portal do departamento.	X				-	10	12	12	12	Secretaria do Departamento	- Aprimorar a transparência institucional; - Aprimorar a divulgação de informações sobre o curso de Direito e as atividades desenvolvidas.
	Manter as mídias sociais do	Nº de postagens com informações de	X				-	40	48	48	48	Bolsista em comunicação	

com a sociedade e com a comunidade acadêmica	departamento com informações atualizadas	interesse do corpo discente.											
--	--	------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Quadro 5(g): Objetivos da dimensão Resultados e Sociedade

Objetivo Estratégico	Metas	Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2021-2025)				Meta anual planejada					Responsável	Estratégias
			LOA - UFLA	TED	Proj.	Outs	2022	2023	2024	2025	2026		
Ampliar a captação de recursos financeiro em parceria com a iniciativa privada	Captar recursos financeiros arrecadados por meio de convênios com a Fundecc em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até 2025	Volume arrecadado de recursos financeiros em parceria com a iniciativa privada.		X	X		-	0	R\$10.000,00	R\$15.000,00	R\$20.000,00	Docentes do Departamento.	- Celebrar convênios e acordos de parceria com a iniciativa privada e pública; - Trabalhar em parceria com a Fundecc para a captação de recursos.
Implantar sistema de acompanhamento de egressos	Acompanhar 75% dos egressos formados nos últimos 5 anos, com o ano de 2021 como referência	% de egressos acompanhados formados nos últimos 5 anos, com o ano de 2021 como referência	X				-	0	25%	50%	75%	Conselho Departamental e Secretaria do Departamento.	- Estimular a relação aluno e egresso; - Criar e disponibilizar conteúdos relevantes para egressos nas mídias oficiais da UFLA.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização de dados constantes no Plano de Ação foi capaz de revelar algumas características do Departamento do Direito reconhecidas interna e institucionalmente. Também foi capaz de antecipar alguns cenários para identificar oportunidades e ameaças que se apresentam no horizonte de 5 anos. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de melhorar a gestão de dados internamente ao Departamento e na própria administração da UFLA para permitir a interoperabilidade e o cruzamento de informações.

A elaboração deste documento visou direcionar as atividades do Departamento para 2022 a 2026, mas considerou na indicação das fontes de recursos financeiros os anos de 2021 a 2025 visto ser este último o período de vigência do PDI da UFLA. Dessa forma, sugere-se que o próximo Plano de Ação seja realizado com período inferior ao PDI a fim de permitir realizar melhor planejamento estratégico. Outrossim, sugere-se a revisão anual do Plano de Ação a fim de realizar o controle sob a execução das metas aqui indicadas e permitir eventuais correções.